

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

por Deni Ireneu Alfaro Rubbo<sup>1</sup>

Um dos campos de estudos mais profícuos das ciências sociais da América Latina, Como se sabe, assentou-se em diversas tentativas sistemáticas e ensaísticas de captar as peculiaridades da formação histórico-social de países situados na periferia do sistema, com referenciais teóricos e metodológicos dos mais variados possíveis. Particularmente no campo da tradição “clássica” da sociológica brasileira, autores seminais como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Luiz Werneck Vianna, dentre outros tantos, são referenciais obrigatórios na empreitada de esgaravatar as misérias e as riquezas de um país “fora do lugar”, historicamente assentado num amalgama complexo de ritmos desiguais e combinados.

Tema dos mais enigmáticos e polêmicos, portanto; mas definitivamente necessário e inacabado para a tradição sociológica. Sem exagero, podemos enquadrar o recente livro *A política do precariado* de Ruy Braga, uma instigante tentativa no âmbito da sociologia do trabalho de movimentar chaves interpretativas a fim de decifrar alguns espectros que afligem o país em suas mais recentes desventuras, através da investigação da trajetória e do destino histórico da moderna classe trabalhadora (precarizada) brasileira. Resultado de sua defesa tese de livre docência, defendida em 2012 na Universidade de São Paulo (USP), o livro – finalista do prêmio Jabuti 2013 na área de Ciências Humanas –, dividido em quatro capítulos, ainda incorporou uma dúzia de pequenas intervenções do autor, resultado de sua coluna mensal no Blog Boitempo.

O mote que perpassa todo livro é a definição do conceito de precariado, oriundo da sociologia francesa (Robert Stading, Robert Castel). Contudo, será radicalmente ressignificado pelo autor, assimilando aquilo que Marx sublinhou como “superpopulação relativa”: população *flutuante* (setores que entram e saem rapidamente pelas empresas), população *latente* (“composta por jovens trabalhadores não industriais à espera de uma oportunidade para deixar os setores tradicionais”) e população *pauperizada* (trabalho degradado e mal pago que é reproduzido de maneira anormal). Mas atenção: estão excluídos desse conjunto tanto a camada lumpemproletariado quanto o trabalhador qualificado.

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo-USP.

Segundo o autor, todo conjunto chamado “proletariado precarizado”, na verdade, é uma fração altamente significativa, subvertendo o foco interpretativo tradicional. Isso por três razões fundamentais: 1) “ela permite-nos localizar o precariado *no coração do próprio modo de produção capitalista* e não um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista”; 2) “ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como *parte integrante da classe trabalhadora*, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressista a aparência de uma nova classe”; e 3) “em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma *dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho*” (p. 18).

No fundamental, em países da periferia do sistema capitalista em que o desenvolvimento tem historicamente se mostrado desigual, combinado e permeável por uma multiplicidade de ritmos, o autor assevera que devido a essas condições especiais de formação social a condição do *proletariado precarizado brasileiro não é exceção, mas regra no sistema de produção e reprodução de relações sociais capitalistas*. Por outras palavras, a ideia subjacente – inspirada nas ideias do sociólogo pernambucano Chico de Oliveira – é de que para ter prosperidade o capitalismo brasileiro necessitou reproduzir constantemente as condições econômicas e políticas da produção do trabalho barato.

Sofrendo os maiores perrengues do século passado por condições altamente degradantes e instáveis na esfera do trabalho “moderno”, o recente trabalhador precário brasileiro não se acomodou ao pacote de políticas públicas do lulismo, como muitos sociólogos apontavam. Em direção contrária, Ruy Braga mostrou claramente uma possível reação dessa camada, embora reformista e incipiente: “esse embrião de reformismo plebeu já ameaça mostrar-se impaciente com o conformismo daqueles que se deixaram transformar em instrumentos do atual modelo de desenvolvimento”. Ao fim e ao cabo, a hegemonia lulista não contribuiu para a expansão salarial do país – como fez a etapa populista –, mas destruiu “os músculos da sociedade civil brasileira com uma plataforma internacional de valorização financeira” (p. 226).

Não por acaso, em meio às ondas de protestos que têm varrido as principais capitais do Brasil, tal embocadura interpretativa torna-se urgente – e, de certo modo, decisiva – para compreender a inquietude e o perfil social de um setor adormecido da sociedade brasileira contemporânea. Ora, são justamente trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquilificados, precariados, sub-remunerados e “inseridos em

relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva”, que estão inquietos e dispersos nas ruas do país, incapazes de prosseguir uma política independente. Por isso, oscilam – ou melhor, são disputados – entre a hegemonia dos dominantes (incluindo os órgãos privados de comunicação) e a contra-hegemonia dos subalternos que definem, desde o século XIX, a gênese do sistema capitalista e não perderam um fio de sua atualidade.

Desse modo, o objetivo do autor é tentar escovar uma história autêntica do moderno precariado brasileiro que será apresentado e analisado especialmente na sua relação política com as lideranças sindicais e os aparelhos de Estado do período de 1950-2012, ou seja, do fordismo periférico à hegemonia lulista. Evidentemente essa complexa e multifacetada relação histórica está longe de ser homogênea, mas é transformada de acordo com os tempos políticos e econômicos, no âmbito nacional e internacional, que se alteram em uma mesma unidade. Unindo perspicácia e simplicidade, o autor resgata inúmeros trabalhos da tradição sociológica do trabalho do país (Juarez Lopes, Leôncio Rodrigues, John Humphey, Ricardo Antunes, entre tantos), incluindo etnografias operárias e estudos de caso, apoiando-se na análise metodológica da “divisão do trabalho sociológico”, levada a cabo pela sociologia pública de Michael Burawoy<sup>2</sup>.

Essa é uma das razões, dentre outras tantas, que evidenciam uma contribuição preciosa e refinada para a sociologia do trabalho sobre as peculiaridades da classe trabalhadora brasileira, cuja degradação e exploração acentuada no modo de produção e reprodução das relações de trabalho demarcam o funcionamento do sistema de acumulação do capital na periferia do sistema. Ademais, o autor trabalha com referenciais teóricos que buscam articular criativamente sociologia crítica e sociologia marxista, dos clássicos aos contemporâneos, tanto no âmbito da bibliografia nacional como internacional. Em oposição tanto a uma sociologia acanhada e axiologicamente neutra, como aos delírios dogmáticos e asfixiantes, sistemas fechados em si mesmos, o mérito de *A polícia do precariado* reside em se tratar duma sociologia crítica, aberta e relacional, sem com isso deixar de demarcar uma posição política (radical), que demonstra – como bem disse Michael Löwy, no prefácio no livro – que “um marxismo *trotsko-gramsciano* pode ser uma síntese coerente e altamente produtiva” (p. 11).

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre a definição de sociologia pública, ver BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

Atualmente, Ruy Braga tem se mostrado um dos mais profícuos intelectuais para construir – e constituir – no Brasil uma sociologia pública marxista do trabalho sem deixar que sua agenda de pesquisa e seu projeto teórico-político – conforme anuncia a epígrafe de Walter Benjamin ao livro – “se transforme em instrumento da classe dominante”.